



COMUNI: a pesquisa numa CEI¹

Cicilia M.Krohling PERUZZO²
João Hilton Sayeg-SIQUEIRA³
Luzia M. Yamashita DELIBERADOR⁴
Marcos CORREA⁵
Maria Alice CAMPAGNOLI OTRE⁶
Suelen AGUIAR⁷

Universidade Metodista de São Paulo – UMESP, São Bernardo do Campo, SP

RESUMO

Breve histórico do Núcleo de Estudos de Comunicação Comunitária e Local (Comuni), base teórica e síntese das pesquisas desenvolvidas e em desenvolvimento. Objetiva-se apresentar os principais trabalhos desenvolvidos pelo grupo e seus pesquisadores e contribuir para situar teoricamente o tema da comunicação popular, comunitária e alternativa no contexto comunicacional brasileiro. Estando alguns estudos aliados aos pressupostos teóricos da cibercultur@ procura-se ainda analisar sua aplicabilidade no contexto dos movimentos sociais no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidade emergente. Comunicação popular. Alternativa. Comunitária. Cibercultur@.

Introdução

O contexto das práticas comunicacionais atuais aponta para uma diversificação das formas de acesso à informação. Parcela significativa dos movimentos sociais se beneficiam desse cenário e instituem práticas diferenciadas de atuação tendo como foco a constituição de canais próprios de distribuição e de compartilhamento de informações. No entanto, mesmo levando em consideração o crescimento das novas tecnologias digitais e seu empoderamento por atores sociais, parcela significativa da população da América Latina

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Recife, PE – 2 a 6 de setembro de 2011.

² Líder do Grupo de Pesquisa CEI COMUNI, Professora do Curso de Pós-Graduação da Universidade Metodista de São Paulo – UMESP, email: kperuzzo@uol.com.br.

³ Professor titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP e Diretor Geral da Faculdade Alfa – FA, email: joaohilton@uol.com.br

⁴ Professora da Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, email: adeli@sercomtel.com.br

⁵ Professor de Faculdade do Povo – FAPSP e da Faculdade de Campo Limpo Paulista – FACCAMP. Doutorando do Programa de Pós Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo, UMESP, email: mrcscor@gmail.com

⁶ Assessora de Imprensa da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, Professora Centro Universitário da Grande Dourados, UNIGRAN, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade Metodista de São Paulo – UMESP, email: maliceotre@yahoo.es

⁷ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo, UMESP, email: ideiasempixel@gmail.com



ainda está à margem de uma informação que possa ser transformadora e capaz de gerar mudanças culturais e no modo de gerar e difundir informações.

É sobre esse contexto que o COMUNI, recentemente instituído enquanto uma CEI (Comunidade Emergente de Investigação), busca compreender os mecanismos de geração de informações através de estudos e investigações que, mesmo não interferindo diretamente nos processos que os caracterizam, mapeiam o cenário das práticas diferenciadas de geração e compartilhamento de informação. Uma comunidade emergente de investigação (GONZÁLEZ, 2009; 2008) se constitui como um coletivo voltado para a pesquisa científica com posição epistemológica definida e que procura desenvolver uma nova cultura científica. Trabalha para incrementar as culturas de informação, comunicação e de conhecimento e desenvolve um crescente esforço de compartilhamento e ajuda mútua na constituição de um espírito do “nós”, ou *nossótrico*, conforme veremos mais adiante.

Este texto pensando para ser exposto em formato de painel, cujos objetivos estão explicitados no resumo acima, faz uma reflexão sobre as bases teóricas do grupo e menciona os trabalhos realizados e em desenvolvimento pelos seus membros. Busca-se estabelecer relações com outros pesquisadores sobre o mesmo tema, além de compartilhar experiências e indagações.

Nos caminhos de uma comunicação popular, alternativa e comunitária

O Comuni (Núcleo de Estudos de Comunicação Comunitária e Local), também caracterizado como Comunidade Emergente de Investigação Comuni⁸, surge de uma necessidade sentida pelos poucos membros que o iniciaram, de se articular para discutir, pesquisar, sistematizar e difundir conhecimentos sobre outra comunicação possível. Assim sendo, seus estudos focam a comunicação popular, alternativa, comunitária, horizontal, participativa, educativa, a comunicação das minorias, além da mídia local e regional. Estas foram algumas das terminologias sobre as quais, desde seu primeiro encontro, em 2005, o grupo começou a refletir.

Reunindo pesquisadores que já se embrenhavam pelo campo e outros recém-chegados, mas encantados com a possibilidade de uma comunicação que fosse mais do que “um produto à venda”, as pesquisas foram se fortalecendo.

Primeiramente, se buscou entender a comunicação popular e comunitária, no âmbito dos movimentos sociais, já que a grande mídia também se apropriou em muitos momentos destes termos. Autores como Joana Puntel, Mario Kaplún, Regina Festa,

⁸ Denominações usadas indistintamente neste texto.



Gilberto Gimenez, Juan Diaz Bordenave, Luis Ramiro Beltrán, Máximo Simpson Grinberg, Luiz Gonzaga Motta, Cicilia Peruzzo, entre outros, apontaram em suas pesquisas que a comunicação popular tem o povo como protagonista, numa experiência libertadora e educativa. É também por esta comunicação – que se fortaleciam muitas vezes os movimentos sociais organizados –, que se identifica uma postura de resistência à lógica social que os colocava às margens da sociedade ou não lhes garantia o direito à voz. A discussão, por volta dos anos 1980, perpassava o processo de concentração de capital e dos meios de comunicação e ainda hoje é atual.

As bases teóricas do Comuni se ancoram, em parte, na produção teórica da Prof.^a Cicilia Peruzzo, que trouxe contribuições não só ao grupo, mas nacionalmente. Citamos como referência os livros “Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania” (2004), e “Televisão comunitária: dimensão pública e participação cidadã na mídia local” (2007), além das diversas publicações em revistas científicas e em eventos que abrem espaço ao tema, como os grupos da Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação) e da Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (Alaic) sobre comunicação para a cidadania.

A comunicação popular, segundo Peruzzo (2004, p. 118 e 119), pode ser apanhada a partir de três vertentes: popular-folclórico, popular-massivo e popular alternativo ou em outros termos, o popular atrelado às classes subalternas na perspectiva de Antonio Gramsci. A pesquisa do grupo se foca majoritariamente nesta última, em que se situam a comunicação popular, alternativa e a comunitária, além da mídia local e regional. As expressões da mídia local ultrapassam aquelas de cunho comunitário. São importantes porque interferem no dia a dia dos cidadãos e representam possibilidades de participação popular concreta. A diversificação do sistema nacional de rádio e televisão cria canais novos de comunicação a partir do povo, e não necessariamente, se caracterizam como popular ou comunitário que merecem ser compreendidos.

Sem perder a confluência em termos políticos e ideológicos das características históricas da comunicação popular, alternativa e comunitária, neste início de século, para fins didáticos, é possível indicar algumas singularidades. Duas grandes correntes aglutinam tais manifestações comunicacionais (PERUZZO, 2009, 139-141):

- a) *Comunicação popular, alternativa e comunitária*: trata-se de uma vertente constituída por iniciativas populares (do povo) no contexto de localidades, bairros, comunidades (presenciais ou virtuais), movimentos sociais e organizações civis congêneres sem fins lucrativos. [...]. Ela se configura em:



- a.1. *Comunicação popular e comunitária*: processos de comunicação constituídos no âmbito de movimentos sociais populares e comunidades de diferentes tipos, tanto as de base geográfica, como aquelas marcadas por outros tipos de afinidades.[...]
- a.2. *Comunicação popular-alternativa*: processos de comunicação constituídos por iniciativas que envolvem a participação de segmentos populares, mas não respondem ou são assumidos pela comunidade como um todo.[...] Do nosso ponto de vista, o elemento principal que caracteriza a comunicação como popular, comunitária e/ou alternativa está no processo, nas práticas sociais, nas relações que se estabelecem, e não nos veículos ou meios utilizados, nem em outra característica qualquer (linguagem, veículo, propriedade, formato) tomada isoladamente. O que importa é o conjunto da práxis, a qual tende a conjugar mais de um dos elementos, porém não necessariamente todos eles simultaneamente [...].
- b) *Imprensa alternativa*: trata-se de uma vertente que reúne processos de comunicação basicamente jornalísticos, que podem assumir feições mais amplas, de caráter autônomo, e, por natureza, não alinhados aos padrões dominantes dos meios de comunicação, governos e demais setores que representam as classes dominantes. [...]. Pelas características específicas de alguns de seus segmentos, podem ser agrupados em:
 - b.1. *Jornalismo popular-alternativo* (ou de base popular): efetiva-se de modo participativo, uma vez ligado a movimentos populares, associações, entidades ligadas a setores progressistas de igrejas, ONGs etc., se configura e circula no mesmo universo da comunicação popular e comunitária.
 - b.2. *Jornalismo alternativo colaborativo* (de informação geral ou especializada): se ocupa, fundamentalmente, em transmitir uma visão diferenciada e crítica dos acontecimentos que normalmente já são tratados pela grande mídia, além de temas omitidos por ela. Pode também tratar especificamente de política, economia, questões locais, questões juvenis, crítica aos meios de comunicação e assim por diante. [...]. Seu caráter colaborativo pode ocorrer a partir de duas perspectivas. A primeira, pelo senso de ajuda, partilha e colaboração instituído e praticado, em geral, por voluntários [...] ao longo dos tempos e utiliza como suporte canais impressos, orais, audiovisuais e/ou digitais. Como exemplo podemos citar a revista *Viração* e o jornal *Trecheiro*. A segunda perspectiva se refere a processos interativos nas mídias digitais, na lógica da Web 2.0, através de *websites* colaborativos, nos quais os membros e militantes usuários da internet podem contribuir com mensagens por eles mesmos produzidas e inseridas no sistema online. Tais webespaços são majoritariamente preenchidos com conteúdos elaborados pelos próprios usuários. Exemplos: Centro de Mídia Independente (CMI), Overmundo, Canal *Motoboy*, *Wikinews*, *Youtube* etc.
 - b.3. *Jornalismo alternativo autônomo*: imprensa produzida por indivíduos isoladamente ou até por micro-empresários. Pode caracterizar-se como de informação geral, literário, político etc.
 - b.4. *Jornalismo político-partidário*: imprensa sob a direção de partidos políticos, candidatos a cargos eletivos ou a “mandatos” de vereadores, deputados e senadores no exercício da função pública de representação.
 - b.5. *Jornalismo sindical*: imprensa produzida no universo dos sindicatos de trabalhadores e organizações similares de categorias profissionais (metalúrgicos, professores etc.)⁹.

⁹ Texto completo em: <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/galaxia/article/viewArticle/6711>



O termo alternativo sempre foi controverso na América Latina, pois, não havia sido respondidas satisfatoriamente as perguntas: alternativo em que sentido? Essa imprensa “alternativa” representa mesmo uma alternativa ao sistema de comunicação vigente? Se não, por que chamá-la de alternativa? – diziam os críticos. Colocado nesse nível a resposta seria não. Mas, a perspectiva é entender as formas, conteúdos e dinâmicas de comunicação diferentes: criados por segmentos subalternos (e seus aliados, ou intelectuais orgânicos para usar uma expressão de Gramsci) da população para falar seus problemas, demandas e interesses, na sua visão de mundo.

O contexto de surgimento da imprensa alternativa se deu em contextos de lutas sociais contra a ditadura militar. Ele traz em sua gênese a visão de oposição ao sistema comunicacional vigente. De acordo com Festa (1986, p. 16) “eram publicações de caráter cultural, político e expressavam interesses da média burguesia, dos trabalhadores e da pequena burguesia”. Como exemplos, podemos citar O Pasquim, O São Paulo, Coojornal, Bondinho e Extra.

Para Grinberg (1987) o alternativo surge da própria praxis social, quando se faz necessário mensagens que encarnem concepções diferentes às difundidas pelos meios dominantes, com propósito de modificar em algum sentido a realidade. Tanta contestação, promovida principalmente por intelectuais e com enfoque político, é transformada a partir da queda da ditadura, que ao invés de enterrar o jornal alternativo, o transformou popularizando-o e o tornando uma ferramenta de transformação social nas mãos de grupos e movimentos. Hoje a comunicação alternativa não se dá com interesses de substituição à grande mídia, mas complementando suas informações, segundo o outro olhar, tantas vezes ignorado na comunicação institucionalizada.

O adjetivo popular foi grandemente utilizado para designar expressões comunicacionais protagonizadas por segmentos empobrecidos e oprimidos da população. As rádios populares (alto-falantes) são um exemplo.

Quanto ao termo comunitário, também de uso complicado do ponto de vista conceitual, passa a ser usado com constância, apresentando-se como o canal de expressão de uma comunidade, tendo o povo como protagonista tanto como receptor quanto como gestor do veículo e produtor das mensagens veiculadas. Essa comunidade não só geográfica, compartilha identidades, objetivos, conquistas, necessidades. Como instrumento comunitário, articula-se para prestar serviços públicos informativos e educativos a seus membros, no intuito de fornecer um olhar crítico a partir da realidade local/regional e de provocar a mobilização social visando melhores condições para



aquela comunidade. Neste sentido, “trata-se não apenas do direito do cidadão à informação, enquanto receptor – tão presente quando se fala em grande mídia –, mas do direito ao acesso aos meios de comunicação na condição de produtor e difusor de conteúdos” (PERUZZO, 2008, 376).

Perspectiva educacional dos processos comunicativos

No bojo do que vem sendo discutido, a fundamentação teórica do Núcleo de Pesquisa contempla também a relação dessa comunicação com a educação, ou da mídia e educação. Trata-se de focar tanto uma educação para uma formação de consciência crítica sobre os meios de comunicação como a formação de um sujeito comprometido com sua realidade, tendo em vista uma formação cidadã e ser capaz de fazer comunicação mediada ou não por instrumentos tecnológicos sofisticados. Os conceitos metodologias que sustentam a mídia educação¹⁰ incorporam elementos que a tornam as práticas capazes de promover um sentimento de pertença e, conseqüentemente, incitar a promoção de um sujeito atuante, crítico e comprometido com a sua realidade.

Esse entendimento de Comunicação e Educação vislumbra uma interface calcada em uma proposta libertadora, dialógica e de intervenção social, em detrimento do uso tecnicista dos meios de comunicação como suporte pedagógico. Assim, a mídia educação conceitua-se como

(...) adoção de uma postura “crítica e criadora” de capacidades comunicativas, expressivas e relacionais para avaliar ética e esteticamente o que está sendo oferecido pelas mídias, para interagir significativamente com suas produções e para produzir mídias também. Neste sentido, esta discussão também envolve os direitos das crianças, pois mais que prover e/ou proteger as crianças dos meios há que se pensar em formas de prepará-las mais eficazmente para as responsabilidades do ser criança hoje. Capacitá-las a partir de suas especificidades, analisar e refletir sobre suas interações com as mídias e criar condições para a participação (na medida do possível) em decisões que dizem respeito a este contexto. E isso deve estar claro nas mediações escolares, visto que a educação para as mídias não se reduz aos seus meios e aos seus aspectos instrumentais, pois as mídias situam-se numa arena de produção de significados (FANTIN, 2008 p.31).

Ao aliar a educação através da mídia com propostas que estejam embasadas na realidade dos educandos, visando não somente um processo de leitura crítica da mídia ou o processo de cognição interferido pela midiaticização da sociedade, mas que as crianças e jovens possam também fazer uso destes meios para o desenvolvimento de sua

¹⁰ O termo mídia aqui usado não o concebe restrito a aspectos midiáticos ou de meios em si. O toma em sentido mais amplo como comunicação.



comunidade e para o fortalecimento de um sentimento de pertença, a mídia educação toma para si uma formação cidadã arraigada na reflexão crítica da realidade. Nesse sentido, a mídia educação toma partido das idéias de Paulo Freire, que invocam para si a prática educativa a necessidade de se pensar o homem como um ser que vive no mundo e com o mundo.

Comunicação comunitária na Cibercultur@

Outra dimensão da base teórica que sustenta os estudos da CEI Comuni é a cibercultur@. A palavra é escrita com arroba para indicar uma diferença em relação ao tratamento da questão apenas a partir do vetor tecnológico. Nas palavras de seu mentor, Jorge González (2008, p.127), *cibercultur@* porque vem do prefixo grego kyber(ciber), da palavra latina *cultura* e do símbolo @ porque

desenvolver cibercultur@ implica gerar, incrementar, aperfeiçoar, melhorar e compartilhar as habilidades para conduzir, dirigir e ‘pilotar’ relações sociais, num exercício de autogestão coletiva, horizontal e participativa. [...] [Cultura é empregada no seu sentido original, como] ‘cultivo, cuidado, atenção e desenvolvimento’. A habilidade para se autoconduzir e se dirigir aos outros para soluções mais inteligentes frente aos enormes desafios do século XXI, pode ser aprendida, pode ser compartilhada, pode ser cultivada com outros e para outros. [E uso] o símbolo arroba @, [...] por sua semelhança gráfica com uma espiral, [...] para representar um circuito de retroalimentação positivo, um processo aberto e adaptável que gera uma resposta emergente que surge da densidade das relações do sistema e não se reduz à soma de seus componentes.

Em outras palavras (GONZÁLEZ, s/d, p.8), desenvolver cibercultur@ significa um processo que “redesenha coletivamente e de baixo até em cima, uma atitude diferente” diante do mundo, e ao mesmo tempo, aprende uma série de “habilidades transmissíveis que nos permitam operar bem as tecnologias ao nosso alcance frente às necessidades de informação para gerar o conhecimento e para coordenar ações de comunicação que nos permitam romper o ciclo vicioso da dependência tecnológica”.

No bojo do desenvolvimento da cibercultur@ se formam comunidades emergentes de investigação(CEI) e/ou de conhecimento local(CECL), as quais, segundo Jorge González (2009, p. 65), se concentram em facilitar uma dinâmica horizontal, “próxima à educação popular de Freire e outros, que lhes permite apropriar-se coletivamente da tecnologia para gerar uma capacidade de narrar-se e de construir-se um ‘nosotros’¹¹ [referindo-se a Lenkersdorf] autodeterminante e não derivado de imposições externas” (GONZÁLEZ, 2009, p.65).

¹¹ Forjar-se em um nós, uma comunidade com espírito extremamente coletivo.



Os aspectos teóricos até agora discutidos se ancoram numa problemática mais ampla. Os componentes da Comunidade Emergente de Investigação se interessam em entender a relação entre comunicação e cidadania, de cujo tema alguns aspectos são ressaltados a seguir.

Comunicação e cidadania

Uma das primeiras sistematizações conceituais de cidadania, na era moderna, vem de Marshall (1949), apresentada em três dimensões: civil, política e social. Para analisar as concepções apresentadas por esse autor, é necessário um enfoque bidirecionado, por um lado, ao termo cidadania e, por outro, aos termos civil, política e social.

Cidadania é oriunda do latim, *civitatis*, do qual vieram as palavras cidade e cidadão; este, o habitante, participa da vida e da organização daquela em sua constituição civil, política e social.

Civil diz respeito às ações voluntárias de indivíduos ou grupos não religiosos, não militares e não instituídos pelo Estado. Assim, cidadania civil centra-se na liberdade individual, que tem por parâmetro as bases legais dos direitos e deveres do cidadão, garantidos pela Justiça Civil.

Política vem da palavra grega *pólis*, que significa cidade, e refere-se à participação do cidadão na vida e na organização da cidade, por meio de um sistema democrático de atuação, garantido pela Justiça Eleitoral. Por isso, cidadania política envolve a caução do indivíduo fazer-se presente no exercício do poder público, diretamente, por integrar o governo e/ou, indiretamente, pelo voto, no processo eleitoral.

Social origina-se da palavra latina *socius* (companheiro) e recebe a acepção de compartilhamento recíproco de interesses e de preocupações sobre um objetivo comum. Dessa forma, cidadania social compreende a participação de cada indivíduo no patrimônio coletivo constituído pela educação, pela saúde e pelos meios de subsistência, e garantido pela Justiça Social.

Nas três dimensões está implicada a comunicação, expressão composta por três elementos latinos: o radical *munis* (encarregado de), o prefixo *co* (realização conjunta) e o sufixo *tio* (atividade), ou seja, “encarregado de uma atividade conjunta”.

A cidadania civil articula-se por meio de textos jurídicos que afiançam o direito de reivindicação e de defesa do cidadão. A cidadania política estabelece-se por meio da



liberdade de expressão assegurada pelos poderes Executivo e Legislativo. A cidadania social estrutura-se a partir de uma política pública democrática que salvaguarda a pluralidade e a diversidade de expressão. Em todas elas está presente o espírito de atividade conjunta, seja nos termos dos poderes constituídos pelo Estado, seja nas manifestações espontâneas do cotidiano.

No entanto, cidadania não é um conceito estático. Suas bases estão nos conceitos destacados acima, mas que vão se transformando porque cidadania é histórica, ela se modifica, se amplia em decorrência das lutas de homens e mulheres para ampliar seus direitos. Assim sendo, conceitos de autores como Norberto Bobbio e Lizt Vieira, entre outros, também perfilam o referencial teórico da CEI Comuni ao mostrarem as mudanças históricas que conduzem a alterações no conceito de cidadania, a partir de gerações de direitos e do sentido intrínseco deles; dos direitos dos indivíduos para os direitos coletivos. Passam a ser reconhecidos então os direitos de segmentos sociais - mulheres, crianças, idosos etc. Direitos dos povos à sua autodeterminação. Direito à vida no momento dos desafios da bioética. Direito ao meio ambiente saudável e preservado e assim por diante.

Na tentativa de inter-relacionar essas dimensões da cidadania à comunicação, Círcia M. K. Peruzzo¹² nos textos “Direitos à comunicação comunitária (2005) e “Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas Públicas” (2009), reflete sobre o acesso e o empoderamento popular da comunicação como um direito humano, ou seja de cidadania, nas dimensões civil, social e política, além de provocar a discussão sobre a premência da inclusão de uma quinta geração de direitos, os direitos comunicacionais. Estes, abririam mais claramente o conceito de cidadania para uma dimensão comunicacional, que inclui os direitos do universo da cultura.

A projeção da cidadania nos processos de comunicação cria perfis outros, populares, comunitários ou alternativos, educativos, de interação midiática, contrários à forma de produção e de ingerência dos grandes meios empresariais de divulgação de mensagens. Rompe-se com a dicotomia entre produtor e receptor e investe-se no dialogismo plurivocal entre sujeitos que, se não se alternam nos papéis sociais de emissor e de destinatário da mensagem, sabem-se integrantes do processo pela presença de sua voz ou como protagonistas de uma outra comunicação.

¹² Criadora e coordenadora do Comuni.



A práxis coletiva nas pesquisas em comunicação

Aliado aos conceitos teóricos expostos, os trabalhos atrelados ao CEI COMUNI expressam a inquietude de seus membros através de atividades que, mesmo que não participem ativamente, ao menos refletem sobre o universo do direito à comunicação. Esses trabalhos vão desde defesas de teses de doutorado e dissertações de mestrado, cursos de extensão voltados à comunidade acadêmica e externa e a realização de eventos.

Dentre as pesquisas acadêmicas desenvolvidas pelo grupo existe a predominância de estudos sobre os meios comunitários, ou independentes, voltados para o fortalecimento da cidadania. Entre suas principais vertentes está a análise de atividades relacionadas aos meios comunitários, ou o seu empoderamento para atividade dos atores sociais. Nesse aspecto, ganham predominância os estudos sobre meios alternativos de comunicação, em especial sobre Rádios e TV's Comunitárias, Jornais e Sites.

Um dos primeiros trabalhos sobre mídia independente feito sob os amparos do COMUNI foi defendido em 2004. Trata-se de uma dissertação sobre a implantação de um projeto piloto de rádios comunitárias em escolas públicas de ensino fundamental de Fortaleza no final da década de 1990. O caráter comunitário das rádios, a participação dos seus atores e o aspecto educativo da sua programação acabariam por construir uma comunicação educativo-comunitária, contribuindo para um melhor aprendizado de alunos de ensino fundamental, como viria a ser experimentado posteriormente por projetos como Educom.Radio. Ainda sobre esse veículo, diversos estudos praticados pelos membros do COMUNI abordam a relação entre cidadania, inclusão e participação social, como as dissertações defendidas entre 2007 e 2010 sobre a produção e recepção da Rádio Heliópolis, na cidade de São Paulo, os processos comunicacionais em rádios no sertão do Piauí e as configurações e tendências das rádios comunitárias do interior paulista da região de Bauru.

As análises sobre mídia independente no grupo revelam a complexidade das experiências de programação, conteúdo e abrangência das atividades que envolvem a comunicação popular e alternativa. Como exemplos podemos citar duas dissertações defendidas em 2008 e 2009 que analisaram o processo de comunicação desenvolvido por jovens indígenas das aldeias do Jaguapiru e Bororó em Dourados, Mato Grosso do Sul, (na qual se buscou compreender o impacto de sua utilização, interferências nas formas tradicionais de comunicação e sua função social), e as perspectivas e trajetórias



do jornal semanário Brasil de Fato, desenvolvido por um coletivo de dirigentes de movimentos sociais e representantes de organizações da sociedade civil, jornalistas, advogados e artistas, reunidos a partir de uma proposta apresentada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Percebe-se nos trabalhos realizados pelo COMUNI uma preocupação em abranger processos comunicacionais dos meios independentes com alcance nacional e internacional. Como exemplos podemos citar a tese de doutorado defendida em 2005 sobre o papel das rádios e TV's comunitárias em Moçambique, que apontou sobre o papel desses veículos para a educação e o desenvolvimento de comunidades locais, e a dissertação defendida em 2007 sobre o papel de jornais de comunidades imigrantes portuguesas e espanhóis em São Paulo, que analisou os mecanismos de fortalecimento dos laços culturais e de amizade das comunidades imigrantes no Brasil e sua relação com o país.

Apesar do foco fundamental das pesquisas do grupo estar pautado pelo olhar sobre os meios independentes, funções e experiências, algumas análises também se ocupam em desvendar essa relação em meios corporativos. O olhar sobre eles, no entanto, está pautado por uma das vertentes do grupo que é o caráter da comunicação voltada para a cidadania. Nessa perspectiva, dois trabalhos refletem sobre essa preocupação. O primeiro é a dissertação de mestrado defendida em 2004 sobre o caráter do canal legislativo e suas relações com a comunidade local da cidade de Bauru na qual se buscou compreender a contribuição da programação na construção da consciência cidadã. O segundo é a tese defendida em 2009 sobre a TV regional no Vale do Paraíba que reflete sobre as estratégias de programação para a conquista de identidade e sua relação com os telespectadores da região. Pode-se dizer que mesmo nesse universo, as pesquisas abordam a utilização dos meios de comunicação como uma “via de mão dupla”, que servem tanto para levar a realidade local das comunidades onde estão inseridos esses canais, como para mediação de informações pertinentes ao universo onde estão localizados.

Um outro vetor importante dos trabalhos desenvolvidos no COMUNI são as análises sobre políticas públicas de comunicação. Nesse aspecto, uma das bases teóricas comuns é a compreensão da comunicação como um direito humano uma vez que o empoderamento de processos comunicacionais por parte de ‘minorias’ tem sido percebido como necessidade da criação de canais de expressão da dinâmica social. A



questão do direito à comunicação é encarada enquanto um valor não meramente simbólico, mas fundamental para o desenvolvimento social.

Aqui, duas análises feitas em 2008 pelos membros da CEI COMUNI merecem destaque. O primeiro buscou evidenciar que os conceitos de desenvolvimento e de participação invariavelmente constituem o fundamento a partir dos quais se erigem tanto projetos de desenvolvimento comunitário como de comunicação para o desenvolvimento/mudança social. Um modelo de desenvolvimento necessariamente leva a um modelo de participação social e vice-versa. Um segundo trabalho analisa a questão da comunicação enquanto política pública. A partir de reflexões teóricas sobre democracia, desenvolvimento, comunicação comunitária, transformação social e políticas públicas de comunicação, é descrito o panorama das políticas locais de fomento à comunicação comunitária no Brasil. Como estudo panorâmico, a pesquisa analisou os condicionantes políticos-sociais das políticas locais de comunicação das prefeituras de Fortaleza (CE), João Pessoa (PB), Macapá (AP), Porto Alegre (RS) e Recife (PE). Essas análises avivam a idéia de uma nova era de direitos sociais na qual a comunicação tem um papel significativo. O compreender de que forma as possibilidades comunicativas podem contribuir para o desenvolvimento social sem desprezar os canais tradicionais de comunicação.

Os trabalhos e atividades desenvolvidas e em desenvolvimento pelo grupo buscam aprofundar aspectos significativos que concernem ao desenvolvimento de uma cultura do empoderamento da comunicação como um valor importante para o desenvolvimento social. As pesquisas orientadas pelo pensamento do grupo examinam seus objetos de estudo de forma orgânica, multidisciplinar, sem perder o foco da comunicação, uma vez que boa parte das pesquisas sobre a área tem sido focadas em descrições que não se amarram ou não possuem uma reflexão sobre os próprios processos comunicacionais. Esse distanciamento ocorrer porque, nas palavras do pesquisador Jorge González, muito facilmente a pesquisa de comunicação pega, por exemplo, conceitos jornalísticos e literários e os utiliza como se fossem conceitos científicos. O campo da comunicação tem uma falência grave de não acumulação de conhecimento.

É esse o grande desafio proposto pelo COMUNI: gerar conhecimentos e fomentar atividades que possam ser facilitadoras de processos de autodeterminação que visam integrar as três culturas de informação, conhecimento e comunicação, contribuindo para os avanços da Cibercultur@ (com arroba).



Síntese dos trabalhos desenvolvidos por membros do COMUNI

Pesquisadora: Cicilia M. Krohling Peruzzo

Pesquisa em desenvolvimento: A Comunicação Comunitária e Alternativa no Brasil no Contexto da Cibercultur@

Resumo: Síntese dos caminhos percorridos na pesquisa “Cibercultur@ e os desafios da comunicação comunitária e alternativa”, realizada no Laboratorio de Investigación y Comunicación compleja (Labcomplex), da Universidad Nacional Autónoma de México. A indagação central foi se as apropriações dessas tecnologias redundam em dinâmicas coletivas de elaboração e difusão conteúdos comunicacionais de interesse público. Objetivou-se averiguar se e como as “comunidades” e grupos sociais organizados incorporam tais possibilidades comunicativas, além de compreender os principais parâmetros da epistemologia de investigação em cibercultur@ que não se restringe aos aspectos tecnológicos e de competências operativas dos usuários. Em continuidade ao referido projeto atualmente há outro projeto em execução, conforme o título acima, que investiga sobre as alterações que a mediação dos sistemas digitais no universo do ciberespaço ocasionam nas práticas da comunicação comunitária, popular e alternativa. Indagamos sobre as modificações inferidas na era da internet e se a apropriação das tecnologias digitais redundam em dinâmicas coletivas de elaboração e difusão de conteúdos comunicacionais de interesse público, a partir de Pontos de Cultura na cidade de São Paulo.

Pesquisador: João Hilton Sayeg-Siqueira

Pesquisa em desenvolvimento: Formalidade e coloquialidade em editorial de jornal comunitário.

Resumo: Este trabalho tem por tema um estudo de unidades lexicais, presentes em texto de editorial de jornal comunitário, delimitadas em seus fatores referenciais e sequenciais de manifestação, que refletem as formas de organização e de representação da voz da cidadania em três dimensões: civil, política e social. A abordagem dessas concepções implica discutir a linguagem em seus aspectos mais e menos formal, mais e menos coloquial, dependendo do tipo de representatividade que se constrói para a consolidação dos direitos e dos deveres do cidadão. O objetivo é analisar, textual e discursivamente, as ocorrências lexicais, consideradas as peculiaridades demarcadoras da expansão semântica do texto, as micro e as macroproposições, e a construção dos efeitos de sentido do discurso, os literais e os inferenciais. O procedimento metodológico é interpretativista, pois parte-se de dados quantitativos para a avaliação das ocorrências detectadas tanto no nível micro quanto no macroestrutural. O embasamento pauta-se em estudos desenvolvidos por teorias que abordam a dimensão comunicativa como prática interacional, considerados os gêneros de inserção do discurso em esferas participativas de atividades humanas marcadas pela formalidade e pela espontaneidade.



Pesquisador: Luzia M. Yamashita Deliberador

Pesquisa em desenvolvimento: Mídia/ Educação e a formação cidadã.

Resumo: Atualmente, a escola e a família já não são mais as instituições que, exclusivamente, assumem e se encarregam da educação, uma vez que a mídia tem tomado para si esse papel. Nesse sentido, pensar em educação através dos meios de comunicação, que prepare receptores críticos, conscientes e capazes de produzir uma resposta a esses meios, torna-se uma necessidade. Um fator essencial para o progresso do ser humano é a sua cidadania. Ou seja, a possibilidade fazer-se sujeito da própria história e da história coletiva. Essa condição depende de fatores educacionais, organizacionais, informativos e comunicativos que são partes integrantes de todo processo de aprendizagem do cidadão. Nessa perspectiva, o aluno poderá ser levado a participar do processo de aprendizagem, ampliando reflexões. Em consonância com essas concepções pedagógicas, optou-se por desenvolver uma Rádio Escola: uma proposta diferenciada de suporte para a educação, apoiada na ideia da importância de se investigar novos procedimentos metodológicos educacionais a partir de um meio de comunicação e de discutir o seu papel como recurso didático no aprendizado de estudantes.

Pesquisador: Marcos Corrêa

Pesquisa em desenvolvimento: O documentário militante do “novo sindicalismo” brasileiro: entre a comunicação alternativa e a ação política

Resumo: A pesquisa compreende a análise das representações e dos discursos sobre os trabalhadores industriais presentes em documentários realizados no contexto dos movimentos de contestação político-social do período de 1974 a 1985. Conhecido como os anos que encaminham para a redemocratização do Brasil, o período é efervescente de movimentos e de novos mecanismos de compartilhamento e de acesso à informação.

Pretende-se, tendo como recorte a imagem do trabalhador urbano (em greve ou fora dela), realizar um mapeamento da produção de documentário que acabaram se envolvendo (direta ou indiretamente) com a ação política do período. Posteriormente se buscará compreender as representações dos discursos e práticas político-sindical e como esses documentários contribuíram na consolidação desses movimentos. O foco principal não é uma análise estética, mas uma pesquisa que busque compreender e avaliar o impacto desses filmes sobre seus públicos e as formas como foram usadas como instrumentos alternativos de comunicação.

Pesquisador: Maria Alice Campagnoli Otre

Pesquisa em desenvolvimento: Da comunicação alternativa produzida por indígenas à



proposta de efetivação de uma comunidade emergente de investigação sobre a comunicação popular-alternativa e comunitária.

Resumo: No âmbito da comunicação popular-alternativa e comunitária, a pesquisa tratou da comunicação produzida por jovens indígenas nas aldeias de Dourados/MS. Foi por meio da comunicação que encontraram uma alternativa ante à marginalidade com que são tratados na cidade e passaram a buscar seus direitos à voz também em suas próprias tribos. Por meio de pesquisa bibliográfica, entrevistas semi-estruturadas e análise de conteúdo do Jornal, verificou-se o impacto da utilização desta comunicação nas aldeias para os que a produzem, levando em conta interferências nas formas tradicionais de hierarquia e comunicação entre os indígenas e a função social da comunicação alternativa para eles. Dentre as funções da comunicação para eles aponta-se o desenvolvimento da autoestima dos jovens, a mobilização por transformação social e a formação crítico-educativa. O trabalho que agora será desenvolvido no doutorado pretende analisar as teses e dissertações nos âmbitos da comunicação popular-alternativa e comunitária desenvolvidas nos 40 Programas de Pós-graduação em comunicação do País, sistematizando-as segundo o tema, objeto e metodologia de pesquisa comumente utilizados; além de mapear os pesquisadores que as desenvolveram e sua atuação hoje. A partir deste panorama geral sobre a pesquisa, busca-se contribuir para a efetivação de uma comunidade emergente de investigação no País.

Pesquisador: Suelen Aguiar

Pesquisa em desenvolvimento: Políticas públicas e os desafios da cibercultur@ na democratização da comunicação

Resumo: Estudo sobre as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da comunicação comunitária e os desafios da cibercultur@ como facilitadora dos processos de autodeterminação, de produção de conhecimento, informação e comunicação na comunidade onde esse tipo de serviço é prestado. A pesquisa buscará entender em que medida essas políticas podem estar atreladas à democratização da comunicação. Para tanto, empreenderemos o estudo analisando inicialmente um projeto que mostre como foram desenvolvidas essas políticas públicas e averiguar os motivos que conduziram ao seu sucesso ou à sua inviabilidade. O *corpus* inicial determinado para essa pesquisa partirá de um estudo sobre o projeto Casa Brasil, no período de 2004 a 2010 e de acordo com o andamento do presente trabalho pretende-se realizar uma pesquisa *in loco*. Para conduzir as análises no decorrer da pesquisa partiremos das seguintes hipóteses: os modos de atuação das políticas públicas, através da apropriação do equipamento público e das ferramentas de inclusão digital a partir dos pressupostos da cibercultur@ podem



promover o desenvolvimento local e social e também podem contribuir para a democratização da comunicação.

Considerações finais

O trabalho de sistematizar os conceitos que aqui foram brevemente delineados deve se apoiar em anos de pesquisas e ainda em um processo que exige constante atualização. Devido a isso, não temos como trazer satisfatoriamente a complexidade dessas discussões neste painel. De toda forma, aos que se interessarem por uma leitura mais sólida, ficam as sugestões de que se atentem às referências e autores utilizados neste, que podem didaticamente contribuir para o entendimento mais aprofundado dos conceitos.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail (1929) **Problemas da poética de Dostoievski**. 4 ed. São Paulo: Forense, 2008
- FANTIN, Mônica. **Mídia-Educação: conceitos, experiências, diálogos Brasil-Itália**. Florianópolis: Cidade Futura, 2008.
- FESTA, Regina . Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa. *In*: FESTA, Regina; LINS, Carlos Eduardo (Orgs.) **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo. Edições Paulinas, 1986. p. 9-30.
- GONZÁLEZ, Jorge A . Digitalizados por decreto. *Cibercultur@: inclusão forçada na América Latina*. **Matrizes: Revista do programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação**. Universidade de São Paulo, a .2, n.2, p.113-138, 2008.
- _____. Presentación. Introducción general. *In*: GONZÁLEZ, Jorge A.(Coord.). **Cibercultur@ e iniciación en la investigación**. CNCA/IMC/UNAM-CEICH, 2007. p.15-27.
- _____. Pantallas vemos, sociedades no sabemos – barruntos (conjeturas) sobre temporalidades progressivamente apantalladas y cibercultur@. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo: Intercom, a .32, n.1, p. 51-68, 2009.
- _____. **Cibercultur@ como estrategia de comunicación compleja desde la periferia**. Ciudad de México: Labcomplex-CEICH/UNAM, s/da. Disponível em: www.labcomplex.net. Acesso em: 28 fev.2010.
- GRINBERG, Máximo Simpson. Comunicação Alternativa: dimensões, limites, possibilidades. *In*: _____ (Org.). **Comunicação Alternativa na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- MARSHALL, Thomas (1949). **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- PERUZZO, Cicilia M. K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- _____. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, a.2, n.3, p.18-41, jul/dic.2005. Versão online disponível em: www.ciciliaperuzzo.pro.br
- _____. **Televisão comunitária no Brasil: dimensão pública e participação cidadã na mídia local**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- _____. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados: reelaborações no setor, 2008. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2882032>. Acesso em: 15 jun.2011.
- _____. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa na era do ciberespaço. **Revista Galáxia: Revista do Programa de Pós-Graduação em**



Comunicação e Semiótica da PUC-SP. São Paulo, n. 17, p. 131-146, jun. 2009. Disponível em: <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/galaxia/article/viewArticle/671>. Acesso em: 18 jun.2011.

_____. Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação nas políticas Públicas. **Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos**. São Leopoldo: UNISINOS, v.11, n.1, p.33-43, 2009. Disponível em: <http://www.frenteiras.unisinos.br/pdf/64.pdf>. Acesso em: 18 jun.2011.